



## DIMENSÕES DA INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Clara Viviane Marques de Macedo Moura <sup>1</sup>

Jânio Alexandre de Araújo <sup>2</sup>

Bárbara Campos Gines Lorena de Souza Gomes <sup>3</sup>

Alexandre Aparecido da Silva Souza <sup>4</sup>

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo ressaltar o papel e a importância do Psicopedagogo no âmbito da Educação Especial enquanto mediador e facilitador do processo de inclusão escolar e consequentemente inclusão social de alunos com deficiência e alunos com dificuldades de aprendizagem mesmo ditos “normais”. A partir de inquietações relacionadas à teoria e prática adquiridas no curso de Psicopedagogia Institucional e Clínica com ênfase em Educação Especial, nos propusemos à elaboração do trabalho em questão. Para dar consistência ao estudo nos respaldamos nos conhecimentos adquiridos durante o curso supracitado e em autores que consideramos relevantes ao nosso objeto de estudo. Nossa metodologia baseou-se em estudos bibliográficos referentes à temática. E durante o desenvolvimento do trabalho buscamos compreender como se dá o processo histórico da Educação Especial, a inserção da inclusão a mesma e a intervenção Psicopedagógica em meio a esse contexto, destacando algumas estratégias utilizadas pelo psicopedagogo a fim de facilitar o processo de aprendizagem. Destacamos também seu papel de orientar as famílias, professores, comunidade escolar e o próprio sujeito envolvido no processo de aprendizagem

**Palavras-chave:** Psicopedagogia. Aprendizagem. Intervenção. Inclusão.

### 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz como objeto de estudo a intervenção psicopedagógica no âmbito da educação especial, trazendo o conceito de inclusão atrelado a essa intervenção. A escolha do tema se deu em consonância com os estudos teóricos, e práticas vivenciadas durante o curso de especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional com Ênfase em Educação Especial. Durante o curso pudemos perceber que o psicopedagogo enquanto profissional que procura entender o processo de aprendizagem humana pode ser um agente também de inclusão daqueles que apresentam problemas de aprendizagem, geradas por fatores orgânicos, específicos, ambientais ou psicógenos.

<sup>1</sup> Especialista em Educação Inclusiva (FACEN); Lic. Em Pedagogia (UFRN), clara.viviane@hotmail.com;

<sup>2</sup> Especialista em Educação Inclusiva (UNINTER); Lic em Pedagogia (UNINASSAU); janioaraujori@gmail.com

<sup>3</sup> Especialista em Libras (UNICAN); Lic em Espanhol (IFRN). gines.barbara@hotmail.com

<sup>4</sup> Professor orientador: Especialista em Educação Especial (UNIASSELVI), alexandresouza7@outlook.com.



Para fins desse estudo, nos propusemos focar no contexto da educação especial, voltada para uma perspectiva inclusiva e no seu público - pessoas com deficiência ou ditos “normais, mas com dificuldades de aprendizagem - e de como o psicopedagogo que atua no contexto escolar pode ajudar no desenvolvimento da aprendizagem desses sujeitos. Inicialmente, buscamos compreender a trajetória percorrida até que chegássemos a essa modalidade de ensino e ao conceito de inclusão. Posteriormente, buscamos abranger também o percurso histórico pelo qual passou a Psicopedagogia até ter seu objeto de estudo consolidado (a aprendizagem).

No decorrer do trabalho ora apresentado, nos remetemos brevemente à historicidade da educação especial e como esta evoluiu no decorrer do tempo, bem como a trajetória histórica da Psicopedagogia. No decorrer do trabalho ressaltamos a importância do desenvolvimento da aprendizagem a luz do resumo de duas teorias da Psicologia cognitiva, e das correntes defendidas por Jean Piaget e Vygotsky dentro do campo de estudo dessas teorias.

Mais adiante, nos remetemos ao papel do psicopedagogo enquanto profissional que atua na instituição escolar e tem um papel importante no que diz respeito à inclusão na escola regular de alunos com deficiência e alunos ditos “normais”, mas, que por diversos fatores apresentem dificuldades no decorrer do processo de aquisição da aprendizagem.

## **2 METODOLOGIA**

Propusemos uma metodologia voltada para a pesquisa bibliográfica e documental em que debruçamos sobre os principais teóricos pertinentes nas dimensões da psicopedagogia e da educação especial, escolhemos a pesquisa bibliográfica, pois de acordo com Santos (2001), esse tipo de metodologia oferece uma busca minuciosa dos estudos vislumbrados em determinadas área de conhecimento, possibilitando uma redação eficaz do texto. Assim, o grupo de pesquisadores realizaram fichamentos e levantamentos de fontes primárias, logo após a sumarização e a compilação da ideias.

## **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

Em busca de um melhor entendimento sobre o surgimento da Educação Especial, inicialmente buscamos entender como as pessoas com deficiência foram percebidas, atendidas



e educadas no decorrer do tempo, buscamos indícios na história da humanidade. Porém, ressaltando, as medidas tomadas ao longo do tempo em diferentes épocas e que foram extremamente importantes para a evolução da Educação Especial.

Iniciamos nosso mergulho histórico na Antiguidade, quando pessoas com deficiência, doentes, velhos, com membros fracos ou ferimentos graves eram mortas, pois não podiam participar das atividades coletivas que garantiam a sobrevivência do grupo. Bianchetti (1998, p. 28) ressalta que:

Em virtude da característica cíclica da natureza, totalmente fora do controle dos homens, os deslocamentos eram constantes, razão pela qual é indispensável que cada um se baste a si e ainda colabore com o grupo. É evidente que alguém que não se enquadra no padrão social e historicamente considerado normal, sequer seja decorrente do seu processo de concepção e nascimento ou impingido na luta pela sobrevivência, acaba tornando-se um empecilho, um peso morto, fato que o leva a ser relegado, abandonado, sem que isso cause os chamados sentimentos de culpa, característicos da nossa fase histórica[...].

É perceptível que nessa época a morte era destino certo para àqueles que não se adequavam aos padrões do grupo ao qual nasceu, pois cada um devia ser responsável por si próprio, dada as questões de sobrevivência.

Com a expansão do Cristianismo, e de valores como a compaixão, o amor ao próximo, e a tolerância, essas pessoas aos poucos começam a serem enxergadas como criaturas de Deus. Dessa forma, como consequência da “doutrina cristã os deficientes começam a escapar do abandono ou da exposição, uma vez que, donos de uma alma, tornam-se pessoas e filhos de Deus como os demais seres humanos” (PESSOTTI, 1984, p.4).

No século XX, começa a surgir em todo o mundo, instituições educacionais e serviços voltados ao atendimento de pessoas com deficiência intelectual, contudo, de forma segregatória. Contudo, percebemos que, apesar dos pequenos avanços alcançados no que diz respeito aos aspectos educacionais, ainda se enxergava a deficiência como anomalia. Apenas percebe-se uma mudança significativa na visão das sociedades com relação às deficiências após as duas guerras mundiais, como afirma Martins (2011, p. 17).

[...] o fato de inúmeras pessoas que, antes, eram consideradas dentro dos padrões de normalidade, voltarem para casa com algum tipo de mutilação, também contribuiu para aumentar a consciência de que as pessoas com deficiência e outras necessidades especiais tinham direitos, como qualquer outra.

Em meio a um contexto histórico de fatos que muitas vezes culminaram em atos de atrocidade, surge o termo “INCLUSÃO”, através do início na segunda metade da década de 1960. Inicia-se, segundo Martins (2011, p.18) “um movimento amplo em prol da inclusão de



todos na escola regular, inclusive aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais”.

Dessa maneira, é dado mais um passo importante para que alunos que se enquadram como sendo deficientes, com altas habilidades/superdotação sejam incluídos também na escola regular, e não somente os que apresentam deficiência física, por exemplo.

Nos dias atuais aqui no Brasil, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, em seu artigo 59, determina que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos, currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar.

Com a virada do século XX para o século XXI, percebemos mudanças significativas no que diz respeito a legislação, e eleva a educação especial a um patamar de desenvolvimento bastante significativo, se comparado aos períodos supracitados.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, acompanham os ações de mudança e determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

Nesse aspecto, as Diretrizes fazem a ampliação do caráter da educação especial e reitera o papel das instituições escolares quanto ao atendimento de alunos com deficiência, já que devem oferecer condições para o desenvolvimento desses e todos os alunos.

O Plano Nacional de Educação- PNE, Lei nº 10. 172/2001 destaca a construção de uma escola inclusiva e que garanta o atendimento da diversidade, enfatizando a formação docente, acessibilidade física e o atendimento educacional especializado.

No que diz respeito à formação de docente voltada para a perspectiva da educação inclusiva, a resolução CNE/ CP nº 1/2002 estabelece diretrizes para que as instituições de ensino superior organizem a estrutura curricular contemplando conhecimentos sobre alunos com necessidades educacionais especiais.

Também no de 2002, através da Lei nº 10. 436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como um meio legal de expressão e comunicação e o conhecimento desta também a fazer parte das grades curriculares de cursos de formação de professores e fonoaudiólogos.



Outras resoluções e decretos surgiram e foram aprovados contribuindo para o avanço da educação especial no país.

O Compromisso Todos pela Educação através do Decreto nº 6.094/2007 estabelece dentre as diretrizes, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.

A educação especial é uma modalidade de ensino, e voltada para a perspectiva inclusiva perpassa todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica e superior. Portanto, é importante que haja o interesse de todos os envolvidos para que de fato a inclusão possa existir.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O psicopedagogo, como profissional que estuda os processos de aprendizagem de crianças, adolescentes e adultos está apto a atuar em instituições escolares, ONGs, hospitais, ou centros comunitários. Além disso, pode manter uma clínica psicopedagógica e orientar familiares e estudantes no processo de aprendizagem. Sendo assim, dá-se ênfase a duas grandes áreas de atuação desse profissional: Psicopedagogia clínica e Psicopedagogia Institucional.

É através da identificação das dificuldades e dos transtornos que interferem no processo de aprendizagem, que o psicopedagogo fazendo uso de conhecimentos de algumas áreas, como a psicologia, psicanálise, pedagogia, antropologia, etc. promove intervenções para que se criem novas possibilidades de o sujeito se desenvolver cognitivamente.

No que diz respeito às áreas de atuação do psicopedagogo, destacamos a da Educação Especial - objeto central de estudo desse trabalho - onde este profissional, além de promover intervenções para que o aprendente desenvolva habilidades cognitivas, também atua como importante agente de inclusão escolar e também social.

Na instituição escolar onde o trabalho pedagógico desenvolvido é voltado para a inclusão de alunos com necessidades especiais ou que apresentem dificuldades de aprendizagem, apesar de ditos “normais”, o psicopedagogo torna-se um “divisor de águas” no que diz respeito à facilitação do processo inclusivo, nesse contexto, ele atua como facilitador. (PORTO, 2011 P. 22) afirma que,



[...] o psicopedagogo sendo um profissional multiespecialista em aprendizagem humana que congrega conhecimento de diversas áreas a fim de intervir nesse processo, com sua intervenção psicopedagógica, pode assumir uma feição preventiva ou terapêutica, relacionando-se com equipes ligadas ao campo da saúde e educação, terapêutica e institucional, respectivamente.

Para promover à inclusão escolar, o psicopedagogo da escola pode atuar junto a uma equipe multidisciplinar (psicólogo, psicopedagogo clínico, assistente social, fonoaudiólogo, etc.), e o papel daquele é detectar as dificuldades de aprendizagem, ouvindo professores e familiares dos aprendizes que por ventura apresentem sinais de dificuldade durante esse processo. Sobre esse aspecto, (BOSSA ,2000 p. 11), ressalta que:

Cabe ao psicopedagogo perceber eventuais perturbações no processo de aprendizagem, participar da dinâmica da comunidade educativa, favorecendo a integração [inclusão], promovendo orientações metodológicas de acordo com as características e particularidades dos indivíduos do grupo, realizando processos de orientação.

Partindo desse ponto, é importante frisar que o psicopedagogo na escola, tem o papel de avaliar os alunos com dificuldades de aprendizagem, não no sentido de rotular, mas, de encontrar o que está dificultando o processo que é aprender.

No caso de alunos com deficiência, o psicopedagogo atua na orientação de professores quanto às necessidades específicas, metodologias adequadas, habilidades e dificuldades do aluno, adaptações curriculares, e, sobretudo, ajuda o próprio aluno com deficiência em seu processo de aprendizagem, com a criação de estratégias que facilitem e possibilitem o aprendizado, tais como:

➤ Trabalho psicopedagógico de cunho preventivo:

- Auxiliar, caso seja necessário, a construção do PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola.
- Preparar os professores para lidar com a diversidade, as necessidades de aprendizagem e estímulos específicos.
- Estimular os professores ao uso do lúdico e a construção do conhecimento pelo prazer de saber.
- Detectar possíveis alterações no processo de aprendizagem.

➤ Atendimento psicopedagógico escolar

- Atendimento pedagógico individualizado e de pequenos grupos.
- Dialogar com o aluno quando precisar de orientação e elaborar estratégias de estudo junto com o mesmo, descobrindo habilidades, que às vezes o aluno nem sabe que tem.
- Fazer avaliação diagnóstica e encaminhar para outros profissionais se necessário.



É preciso ressaltar também que nem sempre as estratégias utilizadas no ensino são eficazes para todos, fazendo surgir empecilhos em meio ao processo de desenvolvimento da aprendizagem. E na maioria das vezes professores e familiares não sabem ou não estão preparados para lidar com as deficiências dos alunos/filhos e dificuldades de aprendizagem que estes apresentam.

Desse modo o psicopedagogo torna-se uma peça importante para a inclusão desses alunos na escola, cabendo a ele, a mediação da relação do aluno com a aprendizagem, a orientação dos pais e professores. Portanto, na escola o trabalho psicopedagógico desenvolvido é de cunho educacional (não clínico), prestando assistência e orientações aos professores e demais profissionais da instituição, a fim de prevenir as dificuldades de aprendizagem e contribuir com a melhoria das mesmas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio a uma sociedade que historicamente teve sua base de sua construção cultural e social atrelada à ideia de que as minorias detinham o poder de direcioná-la, percebemos o quanto conseguimos avançar que diz respeito a enxergar aquelas pessoas que eram tratadas na Antiguidade como defeituosas e eram exterminadas sem qualquer sentimento de culpa. Aqui nos referimos às pessoas com deficiência, mas, sabemos que não só estas eram tratadas como a escória da sociedade.

Analisando nossa história, percebemos que nunca fomos capazes de lidar com o diferente e aceitá-lo, diferenças étnicas, sociais, culturais, religiosas, entre outras nunca foram bem aceitas. Mas, nos dias de hoje, à medida que a sociedade se modifica as diferenças começam a serem percebidas e respeitadas, apesar de ainda termos muito a aprender.

Nesse contexto, as práticas educacionais também vão se modificando e a instituição escolar começa a receber e a conviver com as diferenças.

Com o decorrer do tempo a educação tornou-se um direito de todos, sem exceção, ao mesmo tempo em que na escola aprendemos que somos iguais por sermos seres humanos, também começamos a prender que somos diferentes, pois cada ser humano tem suas particularidades e que estas devem ser respeitadas. Assim sendo, surge o termo *Inclusão* e como ressalta a Declaração de Salamanca, “ as escolas devem se ajustar a todas as crianças (jovens e adultos), independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas e outras”.



Dessa forma, a instituição escolar não pode recusar ou negar-se a oferecer subsídios que garanta a aprendizagem de todos. No entanto, sabemos que nem sempre a escola cumpre um papel inclusivo, devido a diversos fatores, que vai desde a falta de estrutura a formação dos profissionais que nela atuam.

E é em meio à diversidade que surge o psicopedagogo e a Psicopedagogia, agregando conhecimentos de outras áreas criando um objeto estudo – a aprendizagem humana – e nessa junção entender como ocorre esse processo e prevenir e detectar as dificuldades que acometem o aprender.

Na instituição escolar, como mencionado nesse estudo, o psicopedagogo desempenha um papel bastante relevante quando o assunto é inclusão, pois, este utilizando-se de estratégias e conhecimentos de sua área desenvolve a mediação com professores, alunos, família e demais integrantes da escola com o objetivo maior de promover o desenvolvimento da aprendizagem.

Diante dessas considerações, frisamos que a escola da atualidade não pode mais favorecer a exclusão de alunos com deficiência ou daqueles que apresentam dificuldade de aprendizagem, mesmo ditos “normais”. É necessário que a escola e a sociedade como um todo rompa as barreiras do preconceito em busca do desenvolvimento pleno, autônomo justo e humano do sujeito. E a Psicopedagogia, partindo da perspectiva de que todo sujeito é capaz de aprender, torna a Inclusão mais eficaz e possível no ambiente escolar, estendendo-se para além dele.

## REFERÊNCIAS

BIANCHETTI, Lucídio. **Aspectos Históricos da Educação Especial**. Revista Brasileira de Educação Especial. Vol. 03, 1998

BOSSA, Nadia A. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. 2ª Ed. Revista e Aumentada - Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **Fundamentos em educação inclusiva**. Natal, RN: Editora da UFRN, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

PESSOTTI, Isaias. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: EDUSP, 1984. 204p.





PORTO, Olívia. **Bases da Psicopedagogia**: diagnóstico e intervenção nos problemas de aprendizagem. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2011.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 4.ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2001. 144p.